



PODER

Com hora para acabar, CPI ouve Galípolo

Presidente do Banco Central é esperado na sessão de hoje para explicar, especialmente, a reunião de Lula com Vercaro, no Palácio do Planalto. Alcolumbre nega prorrogação dos trabalhos da comissão, e relatório final está previsto para terça-feira

» FERNANDA STRICKLAND

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, no Senado, deve ouvir hoje o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, em meio ao avanço das investigações sobre o caso do Banco Master. A expectativa dos parlamentares é de que o depoimento ajude a esclarecer possíveis falhas na fiscalização do sistema financeiro e relações entre agentes públicos e setor privado.

Galípolo foi convidado a participar da sessão — o que, em termos regimentais, torna sua presença facultativa —, mas já confirmou que comparecerá à oitiva, segundo anunciou o relator da CPI, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE). A comissão também aguarda o ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto, convocado como testemunha.

A sessão ocorre em um momento decisivo para a comissão. O colegiado vai encerrar as atividades no dia 14. Vieira pretendia estender os trabalhos e reuniu as assinaturas para a prorrogação, mas ouviu do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), em reunião ontem à tarde, que isso não correrá. O chefe do Congresso argumentou que ampliar o prazo das atividades não seria adequado em ano eleitoral.

“A decisão de Vossa Excelência foi pela não prorrogação. Depois, verbaliza os motivos pelos quais o senhor tomou essa decisão, mas é meu dever registrar publicamente que entendo a decisão como um desserviço para o Brasil”, disse Vieira, no plenário. O relator anunciou que, ante a negativa de Alcolumbre, o relatório final será votado na terça-feira.

Vieira descartou recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir mais prazo à comissão, após decisão recente da Corte contrária à prorrogação de outro colegiado, a **CPMI do INSS**.

Planalto

Um dos principais pontos de interesse da CPI é uma reunião realizada no Palácio do Planalto, em novembro de 2024, que não constou na agenda oficial.

Chacina no Rio

A CPI está em funcionamento desde novembro do ano passado, quando foi instalada com o objetivo de investigar facções como o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho. O colegiado, criado após operação policial que deixou mais de 100 mortos no Rio de Janeiro, mudou o foco dos trabalhos para apurar o escândalo do Banco Master, de Daniel Vercaro. No âmbito da CPI, foram quebrados os sigilos da instituição financeira e da Reag DTVM, gestora que administrava parte dos ativos do ex-banqueiro.

Prerrogativa

Em 26 de março, o STF decidiu, por 8 votos a 2, barrar a prorrogação da CPMI do INSS. Prevalceu o entendimento de que não cabe à Corte interferir em um assunto interno do Congresso, e que prorrogar ou não a comissão parlamentar é uma decisão do próprio Parlamento.

Segundo reportagens, dela participaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o empresário Daniel Vercaro, dono do Master, e o próprio Galípolo.

O senador Eduardo Girão (Novo-CE), autor do requerimento que convidou o atual presidente do BC, afirma que o objetivo é garantir transparência institucional. No documento, ele destaca a necessidade de esclarecer se houve qualquer tipo de interferência política ou econômica indevida em processos de supervisão do sistema financeiro.

A oposição pretende explorar esse episódio como parte de uma estratégia para questionar a relação entre o governo federal e o empresário investigado, ampliando o desgaste político em torno do caso.

“A oitiva pretendida não se

Questionamentos

Veja os principais pontos que a CPI deve abordar com Galípolo



Vercaro no Planalto: a comissão aprovou requerimentos específicos para apurar detalhes de um encontro entre o presidente Lula e o banqueiro Daniel Vercaro, ponto que pode gerar perguntas políticas ao atual chefe do BC. Ele estava presente à reunião, realizada em novembro de 2024.

Finalidade da reunião: de acordo com o convite, Galípolo será questionado sobre o objetivo oficial da reunião e se estava formalmente registrada na agenda institucional.

Convite a Vercaro: outro ponto que deve ser levantado é o motivo da participação de Vercaro na reunião, quem o convidou e qual era o interesse institucional do Banco Central em dialogar com ele naquele contexto.

Fonte: Senado Federal

dirige à atividade técnica do Banco Central em si, mas à necessidade de assegurar transparência institucional e afastar quaisquer dúvidas sobre eventual interferência política ou econômica indevida em processos de fiscalização e controle do sistema financeiro, temas diretamente relacionados ao objeto desta CPI”, argumentou Girão no requerimento.

A convocação de Campos Neto foi feita a pedido de Vieira, que o considera uma “testemunha qualificada” para detalhar critérios de idoneidade adotados pelo

Banco Central em suas atividades de supervisão.

O requerimento também resgata decisões anteriores da autarquia, como a autorização concedida, em 2019, para que Vercaro assumisse o controle do então Banco Máxima — posteriormente rebatizado de Banco Master.

O documento ainda menciona a Operação Compliance Zero, conduzida pela Polícia Federal, que apura suspeitas de atuação irregular de servidores do Banco Central em benefício da instituição financeira.

Atuação do Banco Central no Caso Master:

Galípolo deve esclarecer as medidas tomadas pela autoridade monetária em relação ao Master, liquidado em novembro, e a conduta de seus proprietários, como Daniel Vercaro.

Investigação de fraudes:

o presidente do BC deve explicar o papel de fiscalização do BC para prevenir fraudes financeiras e lavagem de dinheiro, temas centrais desta fase final da CPI.

Vinculos de servidores:

Galípolo deve responder a perguntas sobre possíveis ligações de servidores ou ex-diretores do Banco Central com esquemas investigados pelo colegiado.

Durante a oitiva, os senadores devem pressionar Galípolo sobre o funcionamento da estrutura de fiscalização do Banco Central, incluindo: critérios para autorização e acompanhamento de instituições financeiras; eventuais falhas nos controles internos; e mecanismos de prevenção a irregularidades no sistema bancário.

Vieira já sinalizou que o depoimento também deverá abordar propostas de aprimoramento regulatório, diante das fragilidades apontadas pelas investigações.

Ausência de Ibaneis

A ausência do ex-governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha na oitiva da CPI do Crime Organizado, ontem, elevou o tom das críticas de senadores contra decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

Convocado para prestar esclarecimentos sobre negociações envolvendo o Banco de Brasília (BRB) e a tentativa de aquisição do Banco Master — operação que acabou barrada pelo Banco Central —, Ibaneis não compareceu, amparado por decisão do ministro André Mendonça, do STF, que concedeu habeas corpus desobrigando sua presença.

O presidente da CPI, senador Fabiano Contarato (PT-ES), afirmou que, embora respeite as decisões judiciais, considera que elas têm comprometido o andamento das investigações. “Tenho que me curvar à decisão judicial, porque com ela não se discute, se cumpre. Mas a advocacia do Senado está recorrendo a todas as decisões que vêm, de alguma forma, inviabilizando (os trabalhos)”, declarou.

Contarato também questionou a efetividade das CPIs diante de decisões como essa. “Não é razoável que a gente aprove a oitiva de uma testemunha, e o Supremo diga que não é obrigado a comparecer. Não querem que se apure?”, disse.

O relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), reforçou o tom crítico e afirmou que há uma repetição de decisões que, na avaliação dele, esvaziam o papel investigativo das comissões parlamentares. “Lamento a reiteração de decisões do Supremo Tribunal Federal esvaziando CPIs, porque essa comissão tocou em um ponto sensível em que ninguém havia tocado”, frisou.

Contarato também fez críticas mais amplas ao sistema de Justiça, apontando o que classificou como tratamento desigual na aplicação da lei. Segundo ele, há maior rigor em casos envolvendo populações vulneráveis, enquanto investigações relacionadas a crimes de colarinho-branco enfrentam mais obstáculos. (FS)

Relatório paralelo chega à PGR

» VINICIUS DORIA

Após o fracasso da CPMI do INSS — o relatório final, do deputado bolsonarista Alfredo Gaspar (PL-AL), foi derrubado por 19 votos a 12, na semana retrasada —, a bancada da Maioria, que reúne partidos da base do governo, encaminhou, ontem, à Polícia Federal, à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Procuradoria-Geral da República (PGR) o relatório paralelo com todas as provas e informações levantadas pelo colegiado ao longo de seis meses de trabalho. O documento, com mais de 4 mil páginas, pede o indiciamento de 130 pessoas e o aprofundamento da investigação de outras 71, entre elas, o ex-presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro da Previdência Onyx Lorenzoni (Progressistas).

O objetivo dos parlamentares é não deixar o tema esfriar,

reforçando a vinculação do governo anterior com o esquema de descontos ilegais de aposentadorias e benefícios pagos pelo INSS. A votação desse documento foi barrada pelo então presidente da CPMI, o também bolsonarista Carlos Viana (PSD-MG), após a rejeição do parecer oficial do relator.

“Ninguém está dizendo para que se puna sem provas, mas há muita documentação que mostra a relação promíscua de muitos nomes que apareceram na CPMI e na imprensa. Temos que investigar, julgar e punir”, disse o líder da Federação PT-PV-PCdoB, deputado Pedro Uczai (PT-SC), ao chegar à sede da PF, em Brasília. O relatório foi assinado por 20 membros da CPMI — cerca de 2/3 da composição do colegiado.

O relatório paralelo aponta o governo Bolsonaro como responsável pelas mudanças das regras de concessão e de pagamento

de benefícios que permitiram o acesso de associações de aposentados e instituições financeiras, como o Banco Master, aos recursos do INSS. O relatório identifica nove núcleos de atuação no esquema ilegal.

A principal conclusão do relatório é a identificação de diversas autoridades ligadas ao governo Bolsonaro que, de acordo com o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), fizeram parte do “comando e da inteligência dessa organização criminosa”.

Os parlamentares pediram ao diretor-geral da PF que aprofunde a investigação sobre as doações feitas pelo empresário e pastor evangélico Fabiano Zettel — cunhado do dono do Banco Master, Daniel Vercaro — às campanhas eleitorais de Bolsonaro à Presidência e de Tarcísio de Freitas (Republicanos) ao governo de São Paulo. Zettel

foi, de acordo com dados da Justiça Eleitoral, o maior contribuinte individual dos dois então candidatos, em 2022, com repasses de R\$ 2 milhões a Bolsonaro e de R\$ 3 milhões a Tarcísio.

Outra linha de investigação das práticas de Zettel só apareceu no fim dos trabalhos da CPMI, com as notícias de envolvimento da Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte, com dinheiro de emendas parlamentares patrocinadas pelo presidente da CPMI, Carlos Viana. O deputado mineiro confirmou que destinou R\$ 3,6 milhões à Fundação Oásis, ligada à denominação evangélica. Ele nega, porém, qualquer irregularidade no processo de destinação dos recursos.

Hoje, às 19h, a comitiva será recebida pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator dos processos do Master.



Relatório paralelo pede investigação de Bolsonaro e Lorenzoni